

## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

### PARECER

Relativo à Proposta n.º 192/2016 – Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2015

#### I – NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 192/2016 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vereador com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 20 de Abril de 2016, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa a apreciação do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2015.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente emitido parecer até 9 de Maio de 2016, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017.

O relatório de gestão e as demonstrações financeiras do município de Lisboa foram aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa até ao final do mês de Abril do corrente ano, conforme determina a Lei nº 75/2013.

## **II – CONSIDERANDOS**

### **2.1.) Enquadramento**

Constituem atribuições da Assembleia Municipal de Lisboa apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos do artigo 24.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respectiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

Nos termos do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 25º da referida Lei n.º 75/2013 compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local.

A Câmara deve submeter também, nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 193.097.308,84 euros (cento e noventa e três milhões, noventa e sete mil, trezentos e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), sendo 5% daquele valor, 9.654.865,44 euros (nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL e os remanescentes 183.442.443,40 euros (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e três euros e quarenta cêntimos), para a conta de Resultados Transitados.

A Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos estabeleceu a metodologia para análise da presente proposta, tendo ocorrido a audição do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva a 11 de Abril de 2015.



## **2.2.) Apreciação da presente proposta**

### **2.2.1) Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2015**

Numa análise sumária dos factos financeiros mais relevantes, começando pelo Balanço e Demonstração de Resultados, regista-se que o activo líquido municipal situa-se em 3.200,205 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no total de 138,023 milhões de euros), representando um decréscimo de 173,962 milhões de euros (-5,7%), face ao exercício de 2014. O Passivo (incluindo os Acréscimos e Diferimentos, de 246,25 milhões de euros) decresceu 14,271 milhões de euros, isto é, -1,2% face ao exercício de 2014, saldando-se em 1.181,296 milhões de euros. Esta redução resulta da diminuição das Provisões para Riscos e Encargos (-13,8 milhões de euros), dos Acréscimos e Diferimentos (-0,4 milhões de euros), a par com um ligeiro decréscimo das Dívidas a Terceiros (-79 mil euros).

A rubrica Dívida a terceiros, que contempla o conjunto das obrigações do município face ao exterior, registou no final de 2015 um saldo credor de 723,3 milhões de euros (23% do Activo líquido), alcançando uma redução de 79 mil euros face ao exercício de 2014.

O processo de consolidação, manifestado no esforço desenvolvido pelo Município para o pagamento de dívida e numa redução do prazo de pagamentos, conduziu a que em 31 de Dezembro de 2015 se atingisse o mínimo na dívida de fornecedores de 3,6 milhões de euros e um prazo médio de pagamento, a 31 de Dezembro, de apenas 3 dias.

A dívida de Médio e Longo Prazo (MLP) apresenta uma variação de 29,2 milhões de euros em relação a 2014, devido ao registo do acordo celebrado com a Sociedade de Construções João Bernardino Gomes, S. A. (resolução da acção judicial interposta por aquela sociedade à EPUL, no âmbito da antecipação do pagamento relativo à alienação de um conjunto de terrenos no Vale de Santo António) e da compra de edifícios ao Fundo de Pensões do BPI, sem o efeito dos quais sofreria uma redução de 21,4 milhões de euros.

No quadro legal instituído pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, foram alteradas as regras relativas ao endividamento legal, com uma grande contracção da margem disponível. Foi um

ajustamento significativo que o município assegurou em 2014 e melhorou em 2015. O ano iniciou com uma margem disponível de 20,9 milhões de euros, e chegou ao fim do ano com uma retracção da dívida total, para efeitos legais, de 5,9 milhões de euros, tendo iniciado 2016 com uma margem disponível de 29,6 milhões de euros.

Quanto à dívida financeira de médio e longo prazo, situou-se em 2015 nos 542,2 milhões de euros, representando uma variação de 3,6% (18,9 milhões de euros). Esta variação deve-se a novas utilizações de empréstimos (46,7 milhões de euros) relacionadas com o financiamento do programa Pavimentar e do PIPARU, à redução do stock da dívida por via dos reembolsos de 72,5 milhões de euros e ao registo da dívida do acordo judicial com a Sociedade de Construções João Bernardino Gomes, S.A. (44,7 milhões de euros). Sem o efeito deste acordo, a dívida financeira teria diminuído para os 497,5 milhões de euros (-4,9%).

Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo, o stock da dívida totalizou 333,1 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 411 mil euros (+ 0,1% que em 2014). As utilizações realizadas em 2015, no valor de 46,7 milhões de euros, foram de 43,4 milhões de euros para o PIPARU (dos quais 15 milhões no BPI e 28,4 milhões no IHRU/BEI), 3 milhões de euros do empréstimo de 25 milhões contratados com o BPI em 2015 no âmbito do Plano de Pavimentação; e 283 mil euros da Linha QREN/BEI.

Os Fundos Próprios municipais, apresentaram um saldo de 2.019,3 milhões de euros, tendo aumentado 188,6 milhões de euros (+10%) face a 2014 e representam 63% do Activo Líquido. O montante de Fundos Próprios resultou dos valores de 2.077,6 milhões de euros de Património, 82,3 milhões de euros de Reservas, 3,1 milhões de euros de Doações, -308,1 milhões de euros de Resultados Transitados e -29 milhões de euros de Ajustamentos de Partes de Capital, que adicionam aos 193,1 milhões de euros de Resultados Líquidos do Exercício.

Quanto aos resultados de 2015, a execução total da receita atingiu os 721,8 milhões de euros, com uma taxa de execução global de 95,3% e um aumento de 10,9% face a 2014.

O aumento da receita deveu-se a factores de conjuntura, designadamente a melhoria registada no sector imobiliário pela via do Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis (IMT), a alienação de bens de investimento pelo município, o

impacto positivo dum conjunto de operações de regularização de receitas e das medidas de melhoria da receita do município levadas a cabo em 2014 (criação de tarifas autónomas para os serviços de águas residuais e de resíduos urbanos, cumprindo orientações regulamentares e legislativas e a com a criação da Taxa Municipal Turística e da Taxa Municipal de Protecção Civil.

De referir também que a receita patrimonial teve uma execução de 94,4 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de mais de 20 milhões de euros face ao ano anterior. Só a venda de bens de investimento apresentou em 2015 uma cobrança de 72,7 milhões de euros, obtendo um crescimento de 57,1% (26,4 milhões de euros) em relação a 2014.

Registou-se uma quebra dos custos em 23,3 milhões de euros, e um aumento dos proveitos em 154,7 milhões de euros face a 2014, o que conduziu a um Resultado Líquido do Exercício de 193,1 milhões de euros, superior em 178 milhões de euros face a 2014. Este resultado reflecte a contribuição para a variação de proveitos dada pelos impostos locais de 43,4 milhões de euros, e pelos proveitos extraordinários de 57,1 milhões de euros (dos quais 41,5 milhões são relativos a mais-valias em imobilizado).

A despesa com Pessoal foi de 213,3 milhões de euros, representando uma execução de 98,7% e uma diminuição de 1,5% (-3,2 milhões de euros) face ao ano anterior. Esta redução resulta de uma diminuição do efectivo municipal (155 saídas definitivas), principalmente por motivo de aposentação.

Importa também salientar que todas as empresas municipais apresentaram resultados positivos, tendo a EGEAC melhorado a sua autonomia em relação ao município e tendo a EMEL melhorado a sua rentabilidade com reforço dos investimentos ao serviço da cidade.

Do ponto de vista da situação económica, na Demonstração de Resultados verificam-se um aumento dos Proveitos e Ganhos, na ordem dos 28%, e uma redução dos Custos e Perdas em 4%, tendo o Resultado Líquido do Exercício aumentado 178 milhões de euros. Verificou-se uma melhoria dos Proveitos gerados no exercício de 2015 com uma contenção de Custos que permitiu ao município fechar o ano com uma margem muito superior a 2014.

A diminuição dos custos deve-se sobretudo à diminuição das Provisões do Exercício

relacionado com o processo Braga Parques. Quanto ao aumento dos Proveitos, destacam-se os Impostos e Taxas (54 milhões de euros) e deve-se sobretudo ao aumento de receitas com o IMT, e nos Proveitos e Ganhos Extraordinários (57 milhões de euros) deve-se principalmente às alienações de imobilizado.

### **2.3) Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)**

O parecer refere que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Lisboa em 31 de Dezembro de 2015, e que o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício estão em conformidade com os princípios contabilísticos constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

O referido parecer refere no entanto que os efeitos das duas reservas (pontos 7 e 8 do Parecer do ROC) podem implicar ajustamentos. De salientar que as reservas sofreram uma nova redução este ano, demonstrando a crescente capacidade em melhorar a qualidade da prestação de contas, tendo caído duas reservas de 2014 para 2015.

Assim, a reserva referida no ponto 7 descreve que não receberam respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos de Outros Devedores no total de 20,4 milhões de euros e de Outros Credores, no total de 17,7 milhões de euros. Esta reserva persiste de 2014, mas com uma redução significativa: a rubrica Outros Devedores perfazia 45 milhões e Outros Credores totalizava 60 milhões de euros em 2014.

Já a reserva referida no ponto 8, refere-se ao acordo de Transacção Judicial e Compromisso Arbitral que o Município de Lisboa efectuou com a sociedade Parque Mayer em Abril de 2014, para a extinção dos processos judiciais relativo aos negócios relacionados com o Parque Mayer e com os terrenos da Feira Popular. A reserva prende-se como facto de a Parque Mayer ter entrado com uma nova acção declarativa de condenação requerendo uma indemnização ao município, cuja confirmação da exigibilidade e montante estão dependentes de decisão judicial.

### **III – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

### **3.1.) Opiniões expressas na Comissão**

### **3.2.) Opinião do Relator**

## **IV – CONCLUSÕES**

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer (data limite 9 de Maio).

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta está em condições de ser discutida e votada em plenário. As forças políticas reservam para plenário o seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade

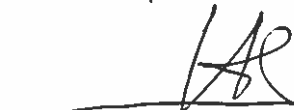
Lisboa, 9 de Maio de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão,



Irene Lopes

O Deputado Relator



Hugo Lobo